



**Síntese das
Reuniões
Regionais
CNAS 2018**



REUNIÃO REGIONAL CENTRO-OESTE

CAS/DF – CEAS GO, CMAS MS e MT

18/04/2018 e 19/04/2018.



Paridade e representatividade nos CAS

1) Quais as **dificuldades** enfrentadas para garantir a **paridade e a representatividade** nos seus conselhos?

É observada, todavia há dificuldade na aplicação prática:

SOCIEDADE CIVIL

Adesão Dos Usuários

- Pouco conhecimento da Política e pouca valorização enquanto Conselheiro
- Tem dificuldade em custeia presença
- Necessidade de Capacitação permanente e de linguagem adequada
- Necessidade em melhor **qualificar a representação, (território, coletivos...)**

Adesão Dos Trabalhadores

- Habilitam-se apenas profissionais Serviço Social e Psicologia (Resoluções/CNAS 17/2011 - 09/2014).
- Recondução limitada pelo número de entidades
- Identidade dos Trabalhadores se confunde com Usuário ou Gestor

1) Quais as **dificuldades** enfrentadas para garantir a **paridade e a representatividade** nos seus conselhos?

Adesão das Entidades

- Problema em conciliar titularidade e suplência na representação
- Maior participação fica a cargo das Entidades

Adesão do Governo

- Comprometida nas reuniões das Comissões/Câmaras/ visitas. Baixo entendimento da função pública relevante
- Dificuldade de liberação nas atividades do Conselho
- Pastas demoram a indicar substituição
- Rotatividade compromete a atuação
- Estratégias insuficientes de inserção das questões sociais nas pastas (solitária)
- Dependendo da atuação são substituídos, o que compromete a autonomia
- A indicação de Conselheiro com perfil adequado para o objetivo do controle social na política de Assistência Social;

1) Quais as **dificuldades** enfrentadas para garantir a **paridade e a representatividade** nos seus conselhos?

Participação Conjunta

- Inscrição de Entidades, visita e relatórios em dupla (governo e sociedade civil)
- O mandato de dois anos é pequeno
- Dificuldade em realizar **visitas de acompanhamento** em todas as instituições inscritas e nas unidades de execução direta;

2) Quais são os **mecanismos** usuais que viabilizam **essa participação**?

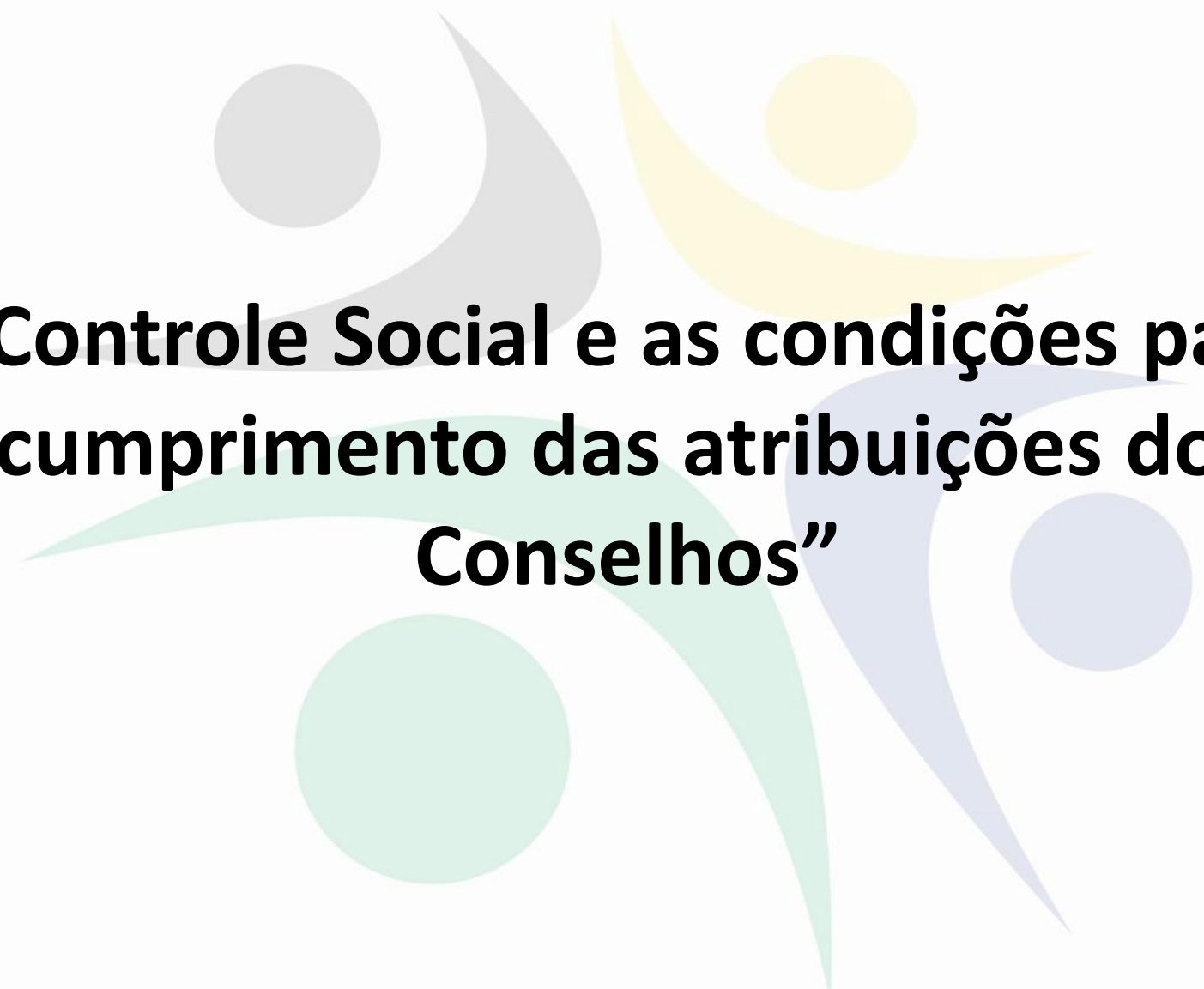
- Garantir que haja paridade entre os três segmentos da sociedade civil, por intermédio de Resolução do CNAS
- Garantir o custeio de transporte e alimentação para participação dos Usuários e Trabalhadores, inclusive com regulamentação do CNAS
- Capacitação de Conselheiros, inclusive em parceria com os Tribunais de Contas e o Ministério Público
- Esclarecer previamente, aos Conselheiros Usuários, cada ponto de pauta das reuniões do Conselho a fim de melhor capacitá-lo para o momento de discussão e deliberação

3) Quais **novas práticas** podem ser adotadas para contribuir na **melhoria da representação** da sociedade civil nos conselhos de assistência social e na qualidade da participação governamental?

- Definir o não impedimento na recondução da entidade dos Trabalhadores, mas sim da pessoa física que a representa;
- Definir estratégias para ampliar a representação do Segmento de Trabalhadores conforme as Resoluções CNAS nº 17/2011 e 09/2014;
- Ampliar a Mesa Diretora para que além de Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo dos Conselhos haja a participação de Coordenadores de Comissões/Câmaras na elaboração das pautas das reuniões plenárias;
- Articular e atuar com demais Conselhos de Direitos e órgãos governamentais, promovendo a intersetorialidade das ações;

3) Quais **novas práticas** podem ser adotadas para contribuir na **melhoria da representação** da sociedade civil nos conselhos de assistência social e na qualidade da participação governamental?

- Recomendar ao órgão responsável pela indicação que em caso de substituição de Conselheiro governamental a mesma seja justificada
- Recomendar que os Conselhos se apropriem do diálogo com as instâncias legislativas locais com o objetivo de subsidiá-los na elaboração de legislação afeta à política de Assistência Social;
- Aprimorar as funcionalidades do CADSUAS (nome dos conselheiros/CPF/cargo de gestor) permitindo o cruzamento de dados e informações impedindo a duplicidade de representação, bem como permitindo a identificação da sociedade civil por segmento.



**“Controle Social e as condições para
cumprimento das atribuições dos
Conselhos”**

1) Qual é a participação do Conselho na elaboração do Plano de Assistência Social?

- Na maioria dos Conselhos, o órgão gestor elabora o plano e encaminha para análise, contribuição e deliberação
- Está em fase de construção (revisão/ adequação ao PPA, PLOA e demais normativas; Capacitação para contribuição no âmbito municipal);
- Em razão da disputa entre Conselhos e órgão gestor o Plano de Assistência Social, há locais em que ambos elaboram
- Ausência de pessoal capacitado para a elaboração do referido plano
- Necessidade de se estabelecer, por intermédio de Resolução do CNAS, um cronograma/periodicidade de elaboração/atualização bem como métodos e direção para a sua construção (**com agenda nacional para todos os entes da federação**);

Caderno de Orientações nº 03 - Capacita SUAS do MDS – Diretrizes para a elaboração do plano de Assistência Social.

2) Como os conselhos estão realizando a sua função de controle, especialmente, nas tarefas de emitir **parecer sobre o Plano de Ação do Cofinanciamento Federal** e de emitir **parecer sobre a Prestação de Contas do Cofinanciamento Federal** (demonstrativo físico-financeiro)?

- Cada ente se organiza sob uma lógica. Há Conselhos que, na elaboração do Plano de Ação do Cofinanciamento Federal, apresentam a necessidade de recursos para o custeio de suas atividades.
- Minoria dos Conselhos contribuem na elaboração do plano de ação, no geral acompanham e avaliam a execução do plano de ação
- Necessidade de se estabelecer um cronograma/periodicidade, por intermédio de Resolução do CNAS, de elaboração/atualização dos planos de Ação, bem como métodos e direção para a sua construção;
- Há Conselhos que solicitam que o órgão gestor apresente e esclareça, em plenária, sobre a execução orçamentária para posterior deliberação;
- Recomenda-se o acompanhamento qualitativo e quantitativo da execução orçamentária bimestralmente, com aprovação registrada em ata.

3) Quais as **condições objetivas de infraestrutura** que estão presentes e o que pode ser feito para melhorá-las?

- O espaço físico atende as necessidades. (veículo adquirido com recursos do IGD, mas as cotas de combustível são insuficientes, recursos humanos é grande complicador, número reduzido de técnicos e ausência de pessoal administrativo, muitos servidores se aposentado sem renovação do quadro);
- A maioria não recebem recursos para custear diárias de Conselheiros no exercício de suas atividades (Viagens aos municípios);
- Recomendação de previsão, nos Regimentos Internos, de reunião de transição entre os Conselheiros com o objetivo de dar continuidade na construção realizada pela gestão anterior no que for essencial para o Conselho;
- Recomendação de que os Conselhos prevejam em seus Regimentos Internos que a indicação do Secretário Executivo seja aprovada pela Mesa Diretora do Conselho a fim de garantir que seja observado o perfil técnico e que seja servidor efetivo;
- Viabilizar acessibilidade para pessoas com deficiência, não só física, como visual e auditiva;
- Demora na aquisição dos equipamentos, em razão de ocorrerem conjuntamente com as aquisições do órgão gestor, compromete a execução do Conselho.



• Obrigada!